

Ideias sobre a questão do financiamento de pesquisa em Letras

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v48i1.2419>

Fabio Akcelrud Durão¹

Resumo

O presente texto discute a questão do financiamento da pesquisa na Área de Letras levando em consideração os seguintes pontos: 1. sua relação com políticas científicas determinadas, 2. a necessidade de legitimação das humanidades como ciência, 3. o risco de trazer uma visão heterônoma à área, 4. a necessidade de conceber o financiamento como subordinado à prática da pesquisa, e não o contrário.

Palavras-chave: financiamento de pesquisa; Letras; universidade; Neoliberalismo.

¹ Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil; fabio@iel.unicamp.br; <https://orcid.org/0000-0002-0098-6362>

Ideas on research funding in the area of Letters

Abstract

This text discusses the question of research funding in the field of Letters highlighting the following points: 1. the relationship between research funding and specific scientific policies, 2. the necessity to legitimize the Humanities as a part of science, 3. the risk of accepting an heteronomous view to the field as far as funding is concerned, 4. the necessity to conceive of funding as subordinated to the everyday practice of research and not the opposite.

Keywords: research funding; Letters; university; Neoliberalism.

Nota introdutória de novembro de 2018

O presente texto foi originariamente concebido como palestra de abertura do 66º Seminário do GEL. Seu intuito principal era promover uma reflexão a respeito do financiamento de pesquisa na área de Letras, de modo a desautomatizar a busca por dinheiro, como se obter verbas fosse um requisito *sine qua non* para a investigação e para o estudo. A disponibilidade de recursos deveria assim ser pensada como um verdadeiro *pharmakon*, no sentido popularizado por Derrida (2015), como ao mesmo tempo remédio e veneno, dependendo de como se articulasse com a pesquisa, pois a ordem dos fatores aqui altera radicalmente o produto: faz toda diferença do mundo se o financiamento segue a pesquisa ou se a pesquisa segue o financiamento. No primeiro caso há o progresso do saber, no segundo, o mero funcionamento de uma máquina acadêmica, movida a oportunismo, que não leva a lugar nenhum.

O resultado das eleições presidenciais de outubro de 2018 afetou o conteúdo do texto, pois a tensão entre pesquisa e financiamento obviamente perde qualquer sentido quando este último desaparece. O desinvestimento radical que parece vir por aí imporia uma problemática totalmente diversa: o abandono de um projeto nacional de universidade, de décadas de suporte às Humanidades (se não às ciências como um todo), o desmonte da infraestrutura institucional, em suma, uma dinâmica de recolonização intelectual que ameaça colocar o Brasil de volta no século XIX. Caso esteja enganado e se, apesar de tudo, ainda for possível fazer pesquisa na área de Letras nos próximos anos, menos mal; há, no entanto, o curioso risco de este texto entrar em processo de obsolescência já no momento de sua publicação. Seria conseqüentemente menos um artigo que se propõe a avançar o conhecimento, do que um documento acerca de sua impossibilidade. Se não proponho alterações, mantendo-o como foi lido em 10 de julho de 2018, é porque talvez ele seja mais relevante neste último caso, como testemunho de uma época por cujo retorno vale a pena lutar.

Antes de mais nada, gostaria de agradecer ao convite para fazer essa fala. É uma honra para mim poder dar a palestra de abertura do 66º Seminário do GEL, um dos eventos mais tradicionais das Letras no Brasil. Também sou grato pelo desafio contido no convite de discutir o financiamento de pesquisa em nossa área, pois trata-se de um tema cuja centralidade dispensa ênfase – como se diz em inglês, *goes without saying*. Abordar a questão do financiamento nas Letras significa refletir sobre a nossa área como um todo, algo que não costumamos fazer com frequência, pois normalmente já estamos suficientemente assoberbados com nossas próprias pesquisas e com o ritmo muitas vezes alucinado da rotina acadêmica, com as aulas, as orientações, as bancas, os pareceres, os eventos, os cargos, as comissões, as publicações etc.. Ou seja, poder dar um passo para trás (ou para cima) e refletir topograficamente sobre o nosso campo de estudos é algo necessário e produtivo, ao qual certamente poderíamos nos dedicar mais amiúde. É por isso que o objetivo principal dessa fala é mais gerar uma discussão do que transmitir concepções acabadas.

Dito isso, no entanto, já é possível vislumbrar uma primeira dificuldade digna de nota, e que resulta da própria diversidade da área das Letras como constituída no Brasil. Refiro-me aqui obviamente à sua diversidade, que, como sabemos, engloba perspectivas muito dissimilares na produção de conhecimento, indo desde uma proximidade razoavelmente grande com as ciências exatas, como na linguística computacional ou sintaxe gerativa, até o outro extremo, o da livre especulação e da problematização do que seria um próprio *fato* observável. Eu me incluo mais para essa última ponta do espectro das Letras, e ao planejar essa fala decidi, ao invés de tentar imaginar como a questão da pesquisa se aplicaria para as disciplinas mais duras, encarar o tema predominantemente a partir dos estudos literários, sobre os quais acredito poder discorrer com alguma competência. Embora sem dúvida uma limitação, isso não é de todo ruim, pois aquilo que não parecer adequado às preocupações de parte de vocês, poderá ser visto, no mínimo, como curiosidade, e, mais positivamente, como um contraponto, algo que pela comparação teria o potencial de ser cognitivamente produtivo, pois, como já disse, de um jeito ou de outro nossa área é composta por opostos e é sempre bom tentar englobá-los em um quadro mental comum.

Porém, a essa primeira dificuldade soma-se uma outra, agora advinda da natureza do objeto; se a pesquisa é uma espécie de dobradiça que liga o dentro e o fora da prática acadêmica, isso se dá por meio dessa coisa tão estranha, que tem uma relação tão complicada com o saber: o dinheiro. Um certo pudor na associação direta entre estudo e dinheiro me parece cada vez mais salutar. Espero não ser mal entendido ao defender que o dinheiro representa algo que em última instância tanto ajuda, ou mesmo possibilita, quanto prejudica, ou mesmo impede, a produção *adequada* de conhecimento². Com isso

2 Vale lembrar aqui a conclusão dos estudos sobre o dom (*don, gift, Gabe*), de Marcel Mauss (2015), retomada por Derrida (e.g. 1991) e por tantos outros: não existe um “dar” que não implique um “dar de volta”, um retribuir. O dinheiro sempre desejará algo em troca, enquanto o saber na verdade é um fim em si.

é possível perceber que, metodologicamente, o núcleo do problema do financiamento reside na questão da *mediação*, mediação entre diversos tipos de saber, entre ciência e sociedade, ciência e política, ideal e prática, e assim por diante. E é por isso que decidi organizar esse meu texto sob a forma de ideias mais ou menos independentes, quase como teses, acreditando que aquilo que se perderá em continuidade e abrangência poderá ser ganho em clareza e facilidade de discussão.

1. O financiamento da pesquisa não pode ser dado como certo. Não podemos ter um tipo de postura que o toma como garantido; pelo contrário, ele deve ser encarado como uma conquista e algo que pode simplesmente desaparecer – não talvez de uma hora para a outra, mas aos poucos, em um processo mais ou menos lento de desmonte. Em um país como o Brasil, no qual a pesquisa se dá primordialmente sob os auspícios do Estado, a decisão de custeá-la está indissociavelmente ligada a uma determinada concepção de nação, a saber, uma que seja capaz de produzir o próprio conhecimento de que necessita. Sem alguma espécie de atuação do Estado, é difícil imaginar como poderia existir pesquisa no Brasil. *Uma visão neoliberal radical, que defende um Estado mínimo, que o concebe como mero gestor de serviços básicos, e que vê no mercado a única força motriz do desenvolvimento* é incompatível com um projeto científico nacional.

Como somos todos – imagino – defensores da capacidade do Brasil para produzir o conhecimento de que precisa, seria interessante imaginar um interlocutor neoliberal, que argumentaria o seguinte: é impossível produzir todo o conhecimento de que precisamos; a tecnologia mais avançada está além do potencial de investimento do Estado nacional, sendo assim inviável financeiramente. Na maioria dos casos, economicamente falando, é mais barato comprar a tecnologia já pronta, do que produzi-la em solo nacional. E a questão fica mais complexa quando deixamos de lado o nosso neoliberal roxo, e pensamos no seu amigo, o neoliberal moderado, que defenderá que o financiamento estatal da pesquisa é necessário, mas que ele é equivocado em seu foco e sua extensão. Seria mesmo necessário para o Brasil que *todas* as universidades públicas façam pesquisa? Será que elas *fazem* uma pesquisa satisfatória? Será que os recursos destinados a todos esses professores com dedicação exclusiva a tantas e tantas bolsas está realmente sendo bem aplicado? Em suma, será que os pesquisadores brasileiros estão devolvendo para a sociedade o investimento que ela, por meio do governo, realiza neles? Por que não focar o financiamento da pesquisa em alguns centros de comprovada excelência, os mais bem posicionados nos *rankings* internacionais e deixar as outras universidades como centros de difusão, pagando aos docentes por hora de aula ministrada? Uma posição como esta, da qual discordo, deve ser encarada, pois ela tem ao menos o mérito de nos obrigar e pensar em nossas práticas e nas dos nossos colegas, e nos perguntarmos o quanto elas poderiam fornecer razões para esse nosso amigo neoliberal moderado. Não quero entrar em uma discussão a respeito da ideia de universidade, que é o que está subjacente a esse debate, e que como aponta Collini em *Speaking of Universities* (2017), já passou a constituir um gênero crítico próprio; infelizmente não há tempo para entrar nisso – porém gostaria de tomar a liberdade de remeter a dois textos meus,

“Burrice Acadêmico-Literária Brasileira” (2017) e “Las transformaciones en la concepción de universidad y el caso brasileño” (2015). Gostaria ao invés de apontar rapidamente para uma postura que indiretamente endossa a posição neoliberal *soft*. Trata-se da debilidade de uma representação da universidade como espaço no qual o conhecimento, *inclusive em sua transmissão*, se dá sob a forma do questionamento, de uma apropriação, de uma interferência nele, que o faz mover-se não importa quão minimamente. Uma concepção de ensino e de pesquisa como o simples passar adiante de conteúdos inertes, independentemente de sua dificuldade, não merece o nome de universidade.

Todo esse debate nos coloca em uma posição delicada, pois, se por um lado, *como pesquisadores*, não devemos ter posicionamentos políticos *a priori*, por outro, quando começamos a perceber que, sistemática e programaticamente, certos partidos defendem plataformas avessas ao desenvolvimento da pesquisa, então uma mobilização mais enfática se faz necessária, como estratégia de autopreservação.

2. *O financiamento das Ciências Humanas, e em especial das Letras*, não pode ser dado como certo. Uma outra posição de política acadêmica é aquela que reconhece a suma importância da ciência para o desenvolvimento da nação brasileira, que está disposta a alocar os recursos estatais necessários para que a pesquisa possa desenvolver-se adequadamente, mas que não reconhece o caráter científico das humanidades. Não consigo pensar em exemplo mais contundente – e ameaçador – do que a consulta pública do Senado Federal que esteve aberta até 07/06/2018 e que propunha a “extinção dos cursos de humanas nas universidades públicas”. O curto texto da proposta diz que

São cursos baratos que facilmente poderão ser realizados em universidades privadas, a medida consiste em focar em cursos de linha (medicina, direito, engenharia e outros). Os cursos de humanas poderão ser realizados presencialmente e à distância em qualquer outra instituição paga. Não é adequado usar dinheiro público e espaço direcionado a esses cursos, o país precisa de mais médicos e cientistas, os cursos de humanas poderão ser feitos nas instituições privadas. Cursos de humanas da proposta: Filosofia, História, Geografia, Sociologia, Artes e Artes Cênicas.³

O número de apoiadores foi somente de 7.385, bem aquém dos 20.000 visados; no entanto, a própria existência dessa ideia, o simples fato de que possa ser levada seriamente em conta já deveria soar um alerta vermelho para todos nós. E para não pensar que se trata de uma situação caracteristicamente brasileira (há poucas coisas mais irritantes do que aquele “só no Brasil” que se ouve tanto por aí), vale mencionar o caso do Japão, cujo governo recomendou em 2015 o fechamento dos cursos

³ <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=100201>

de humanidades a nível nacional, em prol de cursos que fossem mais úteis para a sociedade⁴. Estima-se que metade das universidades públicas japonesas fecharam seus departamentos de humanidades ou os refuncionalizaram para se adequar melhor às supostas necessidades sociais, o que necessariamente significa perda de autonomia acadêmica.

Eu gostaria de sugerir como hipótese de trabalho que, excluindo o aspecto imediatamente ideológico, a truculência e o ressentimento, o ódio ao conhecimento e à universidade, em suma, o pré-fascismo, cujos sinais já estão aí para quem quiser ver – excluindo isso, o cerne do problema da legitimação das Letras, pois é isso do que se trata aqui, reside no abismo entre a representação social daquilo que seria o profissional da área e o que de fato fazemos cotidianamente como pesquisa. De um jeito ou de outro, todas as pessoas sabem no que consiste o trabalho do médico, do engenheiro ou do advogado; a ideia que se faz do profissional de Letras, no entanto, é a do professor que ensina gramática normativa, na linguística, e estilos de época, na literatura. Essa deturpação vem como uma bagagem que deve ser desfeita em todo o primeiro ano da graduação, para a maioria dos alunos.

Se o tema desta fala fosse o ensino, eu me deteria sobre os riscos que essa bagagem impõe e as possíveis estratégias de desfeitura a nosso dispor; mas como nosso objeto é o financiamento da pesquisa, é preciso enfatizar que *a ausência de uma representação social adequada de nossa área dificulta a sua legitimação, naturalmente enfraquecendo a sua sustentabilidade em um ambiente hostil*. É como se a sociedade estivesse pedindo de nós algo que não podemos dar, porque o próprio progresso de nossa área, aquilo que funda a Letras como ciência, o desautorizou. Na linguística, espera-se que a língua seja abordada pela perspectiva do correto, do certo e do errado; da literatura deseja-se que ela torne as pessoas melhores. Como reagiriam as pessoas se soubessem que a linguística toma a língua como um dado, e que a fala do Presidente não tem primazia epistemológica ou ontológica sobre a da favela ou da prostituta? Como reagiriam se soubessem que a literatura não possui comprometimento algum com o universo moral? Em ambos os casos está em jogo a defesa daquilo que não possui utilidade imediata, que aparentemente não serve para nada. Para concluir, ainda que um pouco apressadamente: a história da universidade no Brasil não é a de uma instituição orgânica, que tenha surgido e se desenvolvido a partir de anseios da população; pelo contrário, é uma história de surtos mais ou menos democráticos de desenvolvimentismo, que sempre vieram de cima para baixo, e que têm nisso mesmo a sua fraqueza. O que foi construído de cima também pode ser destruído de cima.

4 <https://www.timeshighereducation.com/news/social-sciences-and-humanities-faculties-close-japan-after-ministerial-intervention>

3. *O modelo de financiamento na Letras sofre pela influência de uma visão heterônoma à área.* O que venho discutindo até aqui aplica-se à *possibilidade* de financiamento. Só agora seremos capazes de nos voltar para aquilo que seriam as especificidades da área, que em geral não são reconhecidas pelas agências de fomento. Mesmo o mais duro dos linguistas não precisará de mais do que um computador excelente para fazer sua pesquisa; e mesmo que um fonologista possa usar máquinas de medição acústica e mapeamento de pontos de articulação, isso não tem a menor comparação com os sofisticadíssimos instrumentos sem os quais fica muito difícil trabalhar nas ciências exatas e nas biológicas. Muito frequentemente acontece que, quando fazemos pedidos de financiamento, não temos muito o que pedir; quantos computadores podemos comprar, ou ainda, o quanto usamos do potencial de nossos computadores de última geração? Na raiz do problema está o fato de que livros não são considerados itens financiáveis em editais, quando para grande parte da área de Letras *livros são equipamentos*.

Daqui a pouco vou retomar esse ponto. Enquanto isso, vale apontar para uma ideia evidente, mas que parece escapar, tanto a nós mesmos quando refletimos sobre nossas necessidades, quanto às agências de fomento, com as quais nos relacionamos e em cujo aparato participamos, a saber, que *o financiamento não é algo por assim dizer independente ou autônomo, mas que pelo contrário deveria ter o seu caráter derivado das nossas práticas de pesquisa*. Ou seja, é o financiamento que deveria adequar-se às práticas de pesquisa, e não as práticas de pesquisa que deveriam adequar-se ao financiamento.

4. É necessário pensar no financiamento adequado à nossa área. O ponto fundamental para a pesquisa na área de Letras reside no fato de que lemos textos como textos. Os historiadores nos são próximos, porque também leem textos, mas como documentos; o mesmo pode ser dito dos filósofos, com quem temos uma interlocução íntima, mas que estão preocupados com ideias e com a tradição na qual se inserem – e assim por diante, com a psicanálise e as formações do inconsciente, a antropologia e as diferentes culturas, a comunicação e o mercado etc.. Aposto que alguns dentre vocês pensaram: “mas e a oralidade?”. Não há o menor problema quanto a isso: é só ampliar o sentido de texto de modo a incluir a fala, que de qualquer forma precisa ser materialmente registrada, seja em transcrição escrita, seja sob a forma de áudio. Diga-se de passagem que um tal alargamento do conceito de texto é fundamental para a possibilidade da Letras lidar com o mundo cibernético, que envolve imagem, som e letra⁵. Seja como for, penso que uma definição como esta seria válida: *o financiamento à pesquisa na área de Letras será tão mais bem sucedido, quanto mais puder otimizar o relacionamento dos pesquisadores com seus objetos textuais*. “Relacionamento” aqui engloba três fases: a) o acesso aos textos, b) suas condições de leitura e c) as oportunidades de exposição e discussão de tais leituras. Cada uma delas merece ser pensada isoladamente.

5 Quando se der a incorporação do sentido de tato à visão e à audição no mundo cibernético chegaremos a uma ideia de texto como experiência sensorial tão abrangente que desafiará os limites da área. O som pode ser metaforizado em letra, mas dificilmente o toque.

Em relação ao acesso aos textos, é claro, o mais importante é conseguir trabalhar satisfatoriamente com os materiais primários, sejam eles obras literárias ou *corpora* linguísticos que podem exigir pesquisa de campo ou uma estrutura de laboratório. O passo seguinte é mais complicado, porque envolve a inserção desse material primário no estado atual do debate no qual se encontra o objeto. Isso significa incorporar um horizonte bibliográfico que pode ser muito amplo. Infelizmente, em muitos casos nossas bibliotecas não são capazes, por si sós, de dar conta disso. Na literatura, com exceção de escritores nacionais, é impossível reconstruir a fortuna bibliográfica de grandes autores, fazendo uso exclusivamente daquilo que nos fornecem nossas bibliotecas. (Diga-se de passagem que isso pode ajudar a explicar o apelo da teoria literária, pois a bagagem textual que ela demanda é menor, porque mais recente, e de mais fácil obtenção.) Nós nos acostumamos tanto a comprar nossos próprios livros e a baixar PDFs piratas da internet, que esquecemos que o lugar central da pesquisa em nossa área é a biblioteca. Uma política séria de financiamento para a Letras (mas isso provavelmente valeria para as humanidades como um todo) teria seu foco principal no investimento pesado nas bibliotecas, um investimento que deve ser continuado, pois o debate no interior de cada área é progressivo e avança. Se eu tivesse mais tempo, faria uma defesa enfática da forma livro e argumentaria que a experiência de leitura de textos digitais é muito inferior à tridimensionalidade do papel com lombada, e que o próprio fato de que é possível escolher volumes na estante já é uma vantagem. A meu ver, os textos digitais são mais um quebra-galho do que uma solução definitiva – para não mencionar o fato de que só são realmente vantajosos do ponto de vista econômico quando pirateados, o que não pode ser levado em consideração do ponto de vista de políticas públicas. Em suma, não creio que os dispositivos computacionais, bem mais baratos, possam substituir os livros, a não ser que sejam eles mesmos o objeto da pesquisa.

Já em relação às condições de leitura, aparentemente não haveria muito que dizer, senão o óbvio, que o determinante aqui é ter *tempo*. No entanto, tempo é justamente aquilo que parece faltar para todos nós. A pergunta a fazer aqui seria se a estrutura temporal do financiamento é adequada, pois permanece a suspeita de que os períodos nos quais a pesquisa se insere são curtos demais. Essa é uma questão que transborda o tema estrito da pesquisa e envolve o funcionamento da área como um todo. Me dei conta da gravidade do problema da aceleração das práticas acadêmicas quando percebi que alunos de pós-graduação se referem aos trabalhos das disciplinas como artigos, e que vários programas colocam como obrigatória a publicação de *papers* para a defesa do doutorado. Nas ciências duras, o caráter objetivo do experimento funciona como um freio à publicação (de fato, a malandragem lá está em publicar resultados fracos ou parciais, a famosa lógica do salame na concepção dos artigos...); para a maior parte da área de Letras o que está em jogo é a interpretação, algo que em si não é difícil de ser feito. Eu posso pegar qualquer livro, formular uma hipótese interpretativa e escrever um texto em duas semanas, o que me permitirá publicar com facilidade uns 20 artigos por ano. O que falta aqui, *independentemente da inteligência da leitura*, é o tempo de absorver o debate que circunda o objeto, e por vezes chega mesmo a o constituir. É por isso que

o papel do *gate keeping* é tão essencial na nossa área, pois é ele que separa a verdadeira prática intelectual da enganação – de novo, mesmo que a inteligente. Notemos que essa função não é apenas desempenhada nos pareceres, que sob este ponto de vista assumem um caráter crucial, bem diferente do que via de regra imaginamos; de fato, vale a pena estender o conceito de *gate keeping* para quase tudo que fazemos, incluindo as orientações e as aulas.

Seja como for, sem querer já entrei no terceiro nível da convivência com textos, o da exposição e discussão dos resultados da leitura. A distinção aqui tem algo de artificial, porque o ler e o discutir não precisam ser fases subseqüentes, mas podem ocorrer quase ao mesmo tempo, o que de fato seria até mesmo preferível.⁶ Isso traz para o primeiro plano a relação entre financiamento e interlocução, o que incide não apenas sobre os eventos da área, que serão abordados em seguida, mas também sobre os projetos coletivos. Creio que há um equívoco quando o modelo das ciências exatas é transplantado diretamente para nossa área. Nelas o caráter cumulativo e de agregação é transparente: um determinado tema amplo pode ser dividido entre os pesquisadores, que somam esforços para a construção de um resultado final abrangente. Como o nosso trabalho é interpretativo, não podemos simplesmente incorporar em nossa reflexão aquilo que nosso colega concluiu. Para colocar de outra forma, os *resultados* não seriam aqui utilizáveis em si, como algo independente, não seriam *fatos*, mas deveriam trazer consigo o processo argumentativo que os constrói. A interlocução, portanto, não seria meramente cumulativa, mas interventiva, por assim dizer, e poderia muito bem conter discordâncias e tensões internas entre as visões dos membros do grupo. Tenho consciência de que a dinâmica da linguística e da literatura podem diferir bastante aqui, mas a prática contra a qual me volto sem dúvida será consensualmente rejeitada: ela ocorre quando reproduzimos aquilo que criticamos nos seminários dos alunos, que dividem as 300 páginas do romance entre os três membros do grupo, cada um lendo um terço apenas do livro.

Sob o prisma que estou tentando desenvolver, os eventos não são nada mais do que a institucionalização da interlocução. Seria importante assim refletir sobre o seu caráter contraditório. De um lado, a instituição facilita o agregar; ela permite que se levantem fundos para colocar no mesmo local muitos pesquisadores que de outro modo não se encontrariam. Além disso, os eventos ajudam na autorrepresentação da área, além de contribuir no processo formativo de muitos alunos. Em suma, encontros como os da Anpoll, da Abralín, da Abralic e do GEL possuem uma espécie de força centrípeta vital para a área. O problema surge, no entanto, quando eles assumem proporções grandes demais e a interlocução vai para o brejo. É triste quando vemos comunicações em congressos parecerem consultas da Unimed. Aqui acontece algo semelhante àquilo que já mencionei antes a respeito da representação equivocada do trabalho de final de disciplina como artigo: o congresso com milhares de participantes expondo textos incipientes gera uma poluição discursiva que não ajuda a área. Notem bem: não há nada

6 Remeto aqui a meu texto "Perspectivas da Crítica Literária Hoje" (2016).

de errado em que as pessoas se encontrem para discutir resultados parciais de suas pesquisas, seja porque ela está no começo, seja porque está picotada ou condensada. O problema ocorre quando isso assume um ar de institucionalidade e oficialidade (vocês se lembram do velho topos do bacharelismo luso-brasileiro?), levando à ilusão de que algo de importância está em jogo. Testemunha disso são os anais: por vezes me pergunto qual a utilidade deles, quem os lê, por que os melhores trabalhos simplesmente não vão para as centenas de revistas atualmente disponíveis nas Letras? A publicação de textos débeis, que ninguém lê, não tem um caráter formativo; ela simplesmente alimenta o narcisismo de quem escreveu, o mero prazer de ver que *algo* existe, independentemente de seu teor. É interessante notar que a situação é inversa nos eventos pequenos, pois se neles a representação e representatividade são certamente menores, frequentemente conseguem proporcionar um ambiente de discussão mais densa e contundente, porque possuem muito mais liberdade para dispor do tempo do debate. O financiamento deve ser capaz de abranger os dois casos, garantindo verbas para os grandes congressos, nos quais a área se encontra, e para aqueles mais transitórios, porém de inquestionável excelência acadêmica.

Para concluir esta parte da discussão, gostaria de mencionar dois conceitos que não são normalmente ligados à ideia de financiamento, mas que mereceriam reflexão. O primeiro é o da viagem e eu gostaria de fazer um elogio a ela. As agências não financiam viagens; eles financiam alguma atividade acadêmica que se faz enquanto se viaja. Em um mundo melhor, a viagem seria incentivada como tal: por exemplo, um sanduíche de um ano faria parte integral de qualquer doutorado aprovado pela Capes (ou seja, nota 3 para cima). “Mas, Fabio, como você pode querer propor que se gaste dinheiro público para as pessoas ficarem passeando por aí? As agências são agências de fomento, não agências de viagem”, diria o nosso velho amigo, o neoliberal (roxo ou não). O seu ultraje vem da sua concepção estreita de viagem, que provavelmente para ele tem seu ápice nas compras em Miami. Corretamente entendida, a viagem é o contrário das compras. Ela é enriquecedora para todos as etapas da convivência com textos que venho desenvolvendo aqui. Ela facilita sua obtenção, não apenas pelo contato com grandes bibliotecas, como também pela ebulição cultural que sugere novas fontes, a mesma ebulição (e choque) cultural que podem estimular o surgimento de novas ideias durante e a leitura. E isso é ainda mais válido para a fase de exposição, que se dará com pessoas estranhas e em língua estrangeira. Em suma, a viagem tem o potencial de expandir o horizonte mental do pesquisador de tal forma que é tentador defender que ela é indispensável para a formação intelectual de fato.

O segundo conceito seria ainda mais controverso, porque ele escapa totalmente à ideia de financiamento. Trata-se do cafezinho na cantina. Eu gostaria também de fazer um elogio ao cafezinho na cantina. O que ele tem de interessante reside na força do fortuito, aquele encontro casual com um colega, um aluno ou um professor visitante, que gera uma discussão profícua. A cantina é como um vórtice, um local indutor de encontros que conjugam um clima acadêmico (afinal estão na universidade), com informalidade

e descontração. Essa é uma combinação propícia à geração de ideias e à interlocução. No entanto, evidentemente, trata-se de algo ineficaz como prática, embora o investimento na estrutura física da cantina seja facilmente defensável.

5. Mas o cafezinho tem uma outra vantagem, uma vez que nos permite relativizar a visão do financiamento, o que leva à última ideia dessa fala, uma explicitação de algo que já foi observado, a saber, que *se tomado com um fim em si, uma rotina inquestionada, uma espécie de visão de mundo, o financiamento é prejudicial à pesquisa*. Isso merece ênfase quando a captação de recursos converte-se em um parâmetro administrativo, de organização da vida acadêmica, o que conduz a duas complicações fundamentais. Primeiro, à tendência da bola de neve, de acordo com a qual quanto mais dinheiro você consegue, tanto mais dinheiro você ganha. O nó lógico aqui está no fato de que é possível incorporar no financiamento os meios que justificarão mais financiamento. Para deixar mais claro: se eu faço um projeto grande posso pedir dinheiro para a publicação de textos decorrentes dele, os mesmos textos que servirão de justificativa curricular para eu pedir mais dinheiro para um projeto maior ainda. Se eu tiver bastantes recursos, posso convidar pesquisadores estrangeiros de renome para participar dos eventos ligados ao projeto; na hora de publicar o livro, as suas contribuições vão compensar textos fracos que porventura sejam escritos por colegas nacionais. Mas isso ainda é um problema de uma escolha de foro íntimo. A segunda complicação aparece quando isso se torna uma necessidade mais ou menos imposta pela universidade; nesse caso, aquilo que era uma opção vai se convertendo em imposição, por exemplo, quando o progresso na carreira fica condicionado à captação de recursos. *O pesquisador não precisa ser um gestor – ou melhor, ele é um pesquisador apesar de ser um gestor*. O tempo gasto na elaboração e submissão de um projeto recusado é um tempo perdido⁷; o tempo gasto na elaboração e submissão de um projeto bem-sucedido, ao qual se soma o da organização de atividades, e da prestação de contas, é um tempo intelectualmente inútil. O livro de Colini que citei anteriormente propõe um experimento curioso: ele calcula o tempo gasto por dois professores hipotéticos, um que simplesmente faz a sua pesquisa, e outro que constantemente submete projetos, e a conclusão a que chega é que o primeiro estuda mais. A isso se segue uma crítica, pois a pesquisa “é frequentemente concebida de acordo com um modelo científico limitado à descoberta de ‘coisas novas’ [*new findings*]”; baseia-se inerentemente em projetos, não estando relacionado ao capital intelectual que constitui uma carreira acadêmica. Precisamos enfatizar o efeito deturpador que pode ser gerado por um regime de competição constante por financiamento externo, em comparação com benefícios de longo prazo decorrentes do acúmulo de leitura e de pensamento que o sistema de estabilidade no emprego [*tenure*] e de licenças sabáticas periódicas encoraja. Uma carreira é algo construído por uma pessoa, um estudioso [*scholar*]; não é uma simples

⁷ Vale notar *en passant* que, como gênero textual, o projeto é parasitário; como está inextricavelmente atrelado a uma finalidade (a aprovação), não possui valor algum quando rejeitado: é uma letra morta, que no máximo será parcialmente reaproveitado na pesquisa propriamente dita.

sequência de projetos financiados, e uma profissão não goza de boa saúde quando o maior parâmetro de sucesso individual reside na quantidade de tempo que o pesquisador passa fora de sua instituição de origem.” (COLINI, 2017, p. 278). É sombriamente irônico que o mesmo neoliberal do começo, que defendia o fim do financiamento da pesquisa, possa agora rever a sua posição e dizer, com um sorriso contente, no qual aparecem seus dentes alvos, os caninos suspeitosamente pronunciados: “está bom assim”.

Referências

COLINI, S. *Speaking of Universities*. London & New York: Verso, 2017.

DERRIDA, J. *A Farmácia de Platão*. 3. ed. Tradução Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 2015 [1968].

DERRIDA, J. *Donner le temps*. Paris: Galilée, 1991.

DURÃO, F. A. “Burrice Acadêmico-Literária Brasileira”. *Revista da Anpoll*, v. 1, n. 43, p. 19-32, 2017.

DURÃO, F. A. Perspectivas da Crítica Literária Hoje, *Sibila*, v. 18, 23/03/2016.

DURÃO, F. A. Las transformaciones en la concepción de universidad y el caso brasileño. *Literatura: teoría, historia, crítica*, v. 17.2, p. 41-58, 2015.

MAUSS, M. A Dádiva. In: MAUSS, M. A. *Sociologia e Antropologia*. 2. ed. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2015 [1923/4]. p. 183-314.